

## A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO MEIO RURAL – AÇÕES DE PARA O

### AUMENTO DA PROPORÇÃO ATUAL PARA O ANO DE 2030

Amanda Nunes De Emerim<sup>1</sup>  
Anelise Scussel Carlessi<sup>2</sup>  
Clarice Custódio<sup>3</sup>  
Priscila Da Cunha<sup>4</sup>  
Rafaela Bilésimo<sup>5</sup>  
Sinthia Concencio Frezza<sup>6</sup>  
Rita Custódio<sup>7</sup>  
Tiago Colombo<sup>8</sup>

**Resumo:** O agronegócio consiste na rede que envolve todos os segmentos da cadeia produtiva vinculada à agropecuária. Ele não se limita apenas à agricultura e à pecuária, incluindo também as atividades desenvolvidas pelos fornecedores de insumos e sementes, equipamentos, serviços, beneficiamento de produtos, industrialização e comercialização da produção agropecuária. No Brasil, o agronegócio tem como principal atividade a agricultura familiar e por isso necessita de projetos governamentais para auxiliar a produção e comercialização dos produtos agrícolas. Para a realização deste trabalho foi feito um estudo sobre as características e peculiaridades deste ramo no sul Catarinense, visto que há um aumento do êxodo rural somado a desvalorização desta profissão. O objetivo deste trabalho foi a realização de um projeto para incentivar os jovens filhos de agricultores a permanecerem no campo, exercendo a agricultura familiar, dispondo de lazer, saúde, qualificação, sustentabilidade e qualidade de vida. O projeto proposto busca incentivar a permanência das famílias no campo através de incentivo fiscal, adequação de espaço físico para o lazer, atendimento especializado em saúde, estudos na área de atuação dos produtores, melhor aproveitamento do meio ambiente e utilização de um biocombustível para diminuir os gastos da produção. Desta maneira, dispondo de melhores condições, espera-se que os jovens tenham por sua própria vontade permanecer no campo e de cada dia mais desenvolver esta profissão, que é tão importante para a população de maneira geral.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Regional. Êxodo rural. Agricultura Familiar.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Artes Visuais da Universidade do Extremo sul Catarinense E-mail: amandaemerim@hotmail.com.

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Biomedicina da Universidade do Extremo sul Catarinense E-mail: anelise.carlessi@hotmail.com.

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Biomedicina da Universidade do Extremo sul Catarinense E-mail: claricinhacc@hotmail.com.

<sup>4</sup> Acadêmico do curso de Biomedicina da Universidade do Extremo sul Catarinense E-mail: priscilalcc@gmail.com.

<sup>5</sup> Acadêmica do curso de Biomedicina da Universidade do Extremo sul Catarinense E-mail: rafabilesimo@hotmail.com.

<sup>6</sup> Acadêmico do curso de Biomedicina da Universidade do Extremo sul Catarinense E-mail: sinthia\_frezza@hotmail.com.

<sup>7</sup> Acadêmico do curso Fisioterapia da Universidade do Extremo sul Catarinense E-mail: ritinha.custodio.13@hotmail.com.

<sup>8</sup> Docente do Curso de Administração da Universidade do Extremo Sul Catarinense E-mail: tiagocolombo@unescc.net.

## **1 INTRODUÇÃO**

Esta pesquisa busca trazer à tona discussões breves de situações em que a agricultura familiar está perdendo seu valor no dia-a-dia, tais características advindas da falta de uma política pública concreta voltada ao pequeno agricultor, a qual é responsável por uma grande parcela dos produtos agrícolas presentes no mercado.

O desenvolvimento da região pautada no estudo, sul Catarinense, é fortemente ligado ao setor agrícola, na região estão estabelecidas grandes agroindústrias, tanto pequenas quanto médias e grandes, empresas estas dos mais diversos ramos, como cerealistas, avícolas, apícolas entre outras tantas ligadas ao contexto rural.

Um dos pontos prioritários para o êxodo rural é a falta de planejamento estratégico no campo, em diversos momentos este pensamento é tido como apenas um dever de grandes organizações, porém isso erroneamente deve ser levado em consideração, uma propriedade rural bem planejada tende a ter sua gestão bem direcionada assim os indivíduos dela dependentes conseguem vislumbrar um futuro para seu negócio, podendo assim planejar não só a propriedade, mas sua vida por meio de estudos com o intuito de alavancar a renda do empreendimento.

O trabalho tem em seu maior objetivo de incentivar jovens, filhos de agricultores, a permanecerem no campo, exercendo a agricultura familiar, dispendo de lazer, saúde, qualificação, sustentabilidade e qualidade de vida sob uma perspectiva de estabelecer a meta no ano de 2030.

Para atingir este maior evento busca-se aprofundar o conhecimento teórico acerca do desenvolvimento regional, desenvolver um projeto que viabilize a permanência do jovem agricultor no campo, para que assim se possa garantir recursos práticos, através dos poderes públicos que favoreçam a vida do homem do campo.

## **2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Um estudo das questões sociais pertinentes das regiões, em especial da economia, permitiu o conhecimento e a constatação, de que os fatos atuais têm sua origem no processo histórico. Desde a colonização, um sistema político que beneficiava a minoria, ditava as regras sobre quem detinha o poder, quem trabalhava e quem lucrava com o trabalho.

---

---

Nos primórdios, grupos sociais já planejavam períodos de plantio, opções de cultivo e tempos de duração, organizavam-se, porém de forma assistemática. Com a evolução e o passar dos tempos, tiveram início os planejamentos econômicos com referências nas trocas comerciais, que eram pontuais e em sua maioria em curto prazo, visando o lucro imediato.

Ao longo dos anos os trabalhadores foram sendo orientados, começaram a se organizar e buscar seus direitos, gerando uma inquietação e um descontentamento por parte dos que mantinham o monopólio. Com base nestas e outras questões, faz-se necessário um trabalho sistematizado para um bom desenvolvimento regional.

Os planejamentos, seguem uma outra ideologia, atendem a questões desenvolvimentistas, podendo tomar como conceito o seguinte termo: planejar para desenvolver.

Numa sociedade em que, a agricultura era o meio de sobrevivência para a grande maioria da população, segundo Redclift e Goodmann (1987), “a agricultura também sofreu os efeitos deste processo de reestruturação econômica”.

Philippe Aydalot no início dos anos 80 descreveu desenvolvimento como “desenvolver meios inovadores”, e Harvey em 1989 o descreveu como “explorar as potencialidades de um ambiente favorável às inovações de todo o tipo”, introduzindo o conceito de desenvolvimento regional. Tais descrições foram embasadas em pesquisas de casos bem-sucedidas de desenvolvimento, como o do Vale do Silício Californiano.

Portanto, ao fazer uma ligação entre os termos sinônimos de desenvolvimento, deve-se atentar a alguns pontos quando o tema em questão é desenvolvimento econômico. Acadêmicos e estudiosos acabam esquecendo-se da pequena diferença que se assume ao usar o termo crescimento e desenvolvimento. Embora pareçam semelhantes, crescimento econômico e desenvolvimento econômico são duas frentes diferentes. No trabalho “Desenvolvimento Econômico Regional – uma revisão histórica e teórica”, de Edson Trajano Vieira e Moacir José dos Santos, existe uma referência do dicionário econômico onde o economista Paulo Sandroni explica a diferença entre os dois segmentos, são eles:

crescimento econômico significa o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. O crescimento é calculado mediante a evolução de crescimento anual do Produto Nacional Bruto – PNB ou pelo Produto Interno Bruto - PIB. O crescimento de uma economia é indicado ainda com a mensuração do crescimento da sua força de trabalho, a receita nacional

poupada e investida e o grau de aperfeiçoamento tecnológico. Por outro lado, desenvolvimento econômico é o crescimento econômico acompanhado da melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura econômica e social que possibilitam a distribuição mais equânime das riquezas produzidas (SANDRONI, 1994).

Atualmente, desenvolvimento está ligado à sustentabilidade, o que revela que além do interesse pela melhoria da qualidade de vida, busca-se ampliar a conscientização que objetiva em sua essência o não comprometimento das gerações futuras. Isso, não apenas em relação a questões ambientais, mas como um todo. Busca-se então o “desenvolver sem comprometer”.

No Brasil, nos últimos anos, a ideia de que é necessário criar mecanismos que possibilitem a participação mais direta da comunidade na formulação, no detalhamento e na implementação das políticas públicas tem sido aceita. Há uma crescente difusão desse enfoque que pode ser atribuída ao próprio avanço da democratização do país e também a uma nova abordagem que se vem tornando dominante no contexto internacional, que enfatiza a importância da participação da sociedade civil e da articulação de atores sociais para as ações relacionadas com a promoção do desenvolvimento (BANDEIRA, 1999).

Ainda são raras as organizações e instituições que congreguem e articulem diferentes segmentos da sociedade na sua escala territorial, as principais organizações políticas existentes tendem a estar voltadas para uma agenda em que predominam os temas diretamente relacionados com a problemática administrativa municipal. Em geral, a preocupação com as questões relativas ao desenvolvimento regional é relegada a segundo plano. Sua composição territorial tende a ser instável, como resultado de mudanças na conjuntura política. Além disso, raras vezes há mecanismos formais que promovam articulação permanente entre essas associações e a sociedade civil da região em que atua.

Somadas a inexistência de uma instância político-administrativa intermediária entre o estado e os municípios e a escassez de organizações e instituições de abrangência microrregional contribuem de forma decisiva para que, em regra, não haja identidades regionais bem-definidas nessa escala territorial. Isso se constitui em mais um obstáculo para a articulação e para a participação da comunidade, pois a inexistência de uma identidade regional dificulta a compreensão do grau de interdependência existente entre os interesses dos atores sociais e políticos que convivem nesses territórios.

---

Nem sempre há consciência do fato de que muitos dos problemas econômicos e sociais que afetam essas áreas exigem soluções regionais. Em consequência, tais problemas tendem a ser percebidos e enfrentados como se fossem questões locais, deixando de ser identificadas e aproveitadas muitas oportunidades de cooperação entre esses atores na defesa de interesses comuns à região (SOUTO-MAIOR, 1994).

Dessa forma, parece evidente que o estabelecimento de mecanismos sólidos de participação nesse nível geográfico exige esforço prévio de construção institucional, que leve ao surgimento e à consolidação de organizações que se dediquem, em caráter permanente, a conscientizar a comunidade sobre a natureza dos problemas regionais, buscando, simultaneamente, envolvê-la na formulação e na implementação de ações voltadas para a superação desses problemas.

Começou a formar-se, nos últimos anos, entre pesquisadores e praticantes, o consenso de que é necessário revisar as estratégias tradicionalmente adotadas na formulação de políticas regionais no Brasil. Tais estratégias, além de apresentarem um conteúdo que, em alguns aspectos, não mais se ajusta às realidades e necessidades de uma economia globalizada e aos novos papéis assumidos pelo setor público, padecem de problemas de escopo e de estilo.

Um documento da Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento, datado de 1995, em que se afirma que, nas novas políticas regionais que vierem a ser adotadas no país, deve-se considerar:

[...] a incorporação ao processo de planejamento de uma pesquisa aprofundada de esquemas de regionalização, em função da qual as atuais macrorregiões do país — cuja grande extensão geográfica e consequente heterogeneidade de características físicas e econômicas não permitem uma intervenção mais apropriada do Governo — seriam divididas em sub-regiões, áreas-programa e áreas de desenvolvimento local, para as quais pudessem ser definidos programas governamentais mais adequados às especificidades de cada segmento do espaço regional” (BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento, 1995).

Há uma preocupação atualmente com o êxodo rural, onde os filhos de agricultores vêm perdendo o interesse pela vida no campo e acabam se mudando para a cidade, em busca de melhores condições de vida. Segundo o pesquisador e doutor da Embrapa Pecuária Sul, Jorge Sant’Anna, no Seminário de Sucessão na Agricultura Familiar, muitos fatores têm atraído jovens do meio rural para o meio urbano, entre esses fatores ele destaca a oferta de emprego pela indústria, o estilo de vida com opção de lazer e internet.

Ainda segundo Sant’Anna, esta é uma realidade que pode ser mudada com

---

tecnologias baratas, que deixem o trabalho rural menos maçante. Contudo, para que isso aconteça, ele alerta que é necessário que o agricultor desenvolva uma boa relação com os filhos e esteja aberto a inovações.

## 2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico visa efetivar os direitos e objetivos sociais traçados como metas, otimizando os interesses de toda a população, e possibilitando o surgimento de soluções inovadoras e criativas.

O Governo ao fazer o planejamento, deve ter seus propósitos claros e compatíveis com os princípios e diretrizes que a Constituição estabelece, emanado da soberania popular.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 165, atribui ao Poder Executivo responsabilidade pelo processo de planejamento e orçamento, a partir da iniciativa dos seguintes instrumentos: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual. Estes devem estar profundamente conectados e declararem muito mais do que a entrega de bens e serviços à sociedade dentro de um cronograma anual (ALMANAQUE DO PLANEJAMENTO, 2012 p.13)

Mais do que isso, o planejamento deve prever como e porque se devem entregar determinados bens e serviços à população, e quais os caminhos necessários para que um determinado grupo social atinja seus objetivos. Segundo as leis brasileiras esta é a principal missão do ato de planejar e é essencial seu monitoramento e avaliação.

Utiliza-se desse planejamento estratégico para o desenvolvimento regional, pontuando-se as necessidades, estabelecendo metas e realizando intervenções. Neste caso, a problemática é o êxodo rural, onde filhos de agricultores deixam já na adolescência ou juventude a casa dos pais e o trabalho no campo em direção aos centros urbanos. Faz-se necessária a elaboração de estratégias, que visem a permanência destes no campo.

## 2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

Com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, surgiram novos objetivos, um padrão agrícola e produtivo que iria ser reorientado, novas atividades econômicas e produtivas e principalmente um estímulo na produção de alimentos para a própria família. Porém,

---

o esperado não aconteceu e nos últimos anos os efeitos foram contrários; a diminuição da produtividade de alimentos para autoconsumo vem baixando consideravelmente, e as atividades econômicas tem sido o maior incentivo para o êxodo rural, fator relevante na sociedade atual.

O autoconsumo já era considerado um meio de sobrevivência na antiguidade, onde o colono plantava e produzia o necessário para sua família e quando constatados excessos, ele satisfazia as necessidades de outras famílias que vivessem no mesmo território. As técnicas utilizadas eram primitivas, ou seja, técnicas oriundas de indígenas e lusos brasileiros. Eram ciclos resumidos em plantio, colheita, queimada. Na época já se observava um afastamento das pessoas do campo, muito pequeno, mas existia, e também já existia uma desestruturação e decadência da produtividade agrícola.

A emigração era caracterizada não pelo excesso populacional, mas pelo sistema de cultivo da época que degradava o solo rapidamente, impedindo mecanismos de produção colonial. Isso logo provocou a substituição do trabalho agrícola dos filhos dos colonos para outros setores de produção. Com o passar do tempo, novos terrenos e algumas oportunidades não foram suficientes para desencadear grande avanço, não havia tecnologia suficiente, o que limitava reprodução colonial, provocando a decadência econômica.

Atualmente a tecnologia já se faz presente em todas as áreas. O Estado é um apoio importante para a economia agrícola, por intermediar financiamentos que tendem a modernizar e melhorar as técnicas para produção, porém, para a agricultura familiar, os altos custos e juros exorbitantes, inviabilizam as aquisições, favorecendo também êxodo rural, pois o rendimento econômico de sua produção não é o suficiente para efetuar o pagamento das prestações e tirar renda para sobrevivência.

Mesmo considerando a agricultura familiar, no âmbito social e econômico como mercantilizada, ainda existem problemas em sua inserção social, há uma carência de órgãos de apoio eficazes que ofereçam segurança ao pequeno produtor, além de recursos financeiros para os mesmos. Segundo o Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (2014) algumas pessoas percebem a agricultura brasileira como se fosse dividida em apenas dois polos: agronegócio de um lado e agricultura familiar do outro. Como se o Brasil, um país de contradições e de diferenças climáticas, ambientais, sociais, culturais e econômicas, abrigasse apenas dois tipos de agricultores. Há discordância quanto a essa visão. No Brasil, a agricultura

abriga variadas tipologias. O último censo agropecuário foi realizado há mais de dez anos. Os dados do novo censo agropecuário ainda não foram apresentados em sua totalidade.

Os proprietários da produção assumem o trabalho no estabelecimento produtivo. Cabe ressaltar que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o caso de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem implicações fundamentais para a forma como ela atua econômica e socialmente. (Wanderley, 2009)

No entanto, assegura Hugues Lamarche (1993) que “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade”. Assim definida, esta categoria é basicamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais.

A agricultura familiar e agronegócio caracterizam-se por se enquadrarem num mesmo nicho, a agricultura, porém, com peculiaridades bem diferentes. Segundo Mário Otávio Batalha (2002), o Agronegócio é o conjunto de negócios relacionados à agricultura dentro do ponto de vista econômico, representando um caráter de uma verdadeira empresa de produção de alimentos. Diferente da agricultura familiar que se caracteriza como uma corporação em que seus funcionários são os próprios familiares.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar no Brasil, responde pela maioria da produção de alimentos no Brasil. Isto se torna importante à medida que cresce também o agronegócio e com ele, inúmeras situações adversas à manutenção da agricultura familiar, sobretudo aquela de base camponesa. Fato que faz retroceder o discurso da inviabilidade deste tipo de agricultura em favor da suposta sustentabilidade do agronegócio. Nesse sentido, cabe destacar o espaço que os representantes do agronegócio têm alcançado na mídia e no Congresso Nacional nos últimos anos.

O que reafirma o pensamento de Bruno (2009), de que o agronegócio apresenta um campo político de identidade e confluência de interesses entre as classes e grupos dominantes no espaço rural buscando apresentar-se como homogêneos em meio aos conflitos internos, funcionando assim, como uma forma de construção das vontades coletivas; daí a necessidade de ter representantes e intelectuais que enunciem o seu discurso e construam a sua imagem de símbolo da modernidade.

---



---

Para alguns estudiosos como Jorge Roberto Tavares de Lima e Marcos Antônio Bezerra Figueiredo (2006) o termo agricultura familiar apresenta-se como uma possibilidade política de negar o poder de uma categoria social. Sob este prisma adota-se a expressão agricultor familiar e não camponês. Isso pode ter sido uma tática, em um período de transição política, porque o camponês traz consigo a identidade política e ideológica de pessoas que através dos anos resistiram e combatem à dominação.

Considerando essa divergência na visão dos princípios que baseiam a agricultura familiar, Carneiro (1999) demonstra, de forma resumida, diante de seus estudos, uma definição para agricultura familiar e acrescenta que pode haver uma concordância quando garante que agricultura familiar, em regra geral, é uma unidade de produção em que trabalho, terra e família estão intimamente relacionadas.

A teoria formulada por Hugues Lamarche (1993) fundamenta que os agricultores familiares trazem consigo a tradição (que apresenta alicerces dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida), contudo, precisam adequar-se às transformações e as modernidades de produzir e de viver em sociedade. Isso porque, de uma forma ou de outra, todos estão inseridos no mercado moderno e recebem a influência da chamada sociedade englobante.

De acordo com os entendimentos de Carmo (1999), a agricultura familiar apresenta um grande potencial para atender mercados exigentes em termos de diversificação e qualidade, pela possibilidade de flexibilidade da produção e maior intensidade de trabalho.

Atualmente agricultura familiar é um fator importante para a sociedade brasileira, tanto na produção de alimentos, quanto na valorização da mão-de-obra. Nos últimos quatro anos a ocupação de apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários era responsável pela produção de 38% do valor bruto da produção agropecuária brasileira. O setor vem fornecendo emprego para mais de 12,3 milhões de pessoas, conforme o IBGE, enquanto a agricultura não familiar ocupa cerca de 1,7 pessoas por 100 hectares, a agricultura familiar ocupa numa área do mesmo tamanho 15,3 pessoas.

Levando-se em consideração estas questões, deve-se atentar para a necessidade de fortalecer o planejamento de combate ao êxodo. Porém, vale lembrar ainda, que os recursos federais são baixos para tecnologia de alto custo para produção, comercialização, agroindústrias, programas de gênero e agroecologia. O

financiamento com fins de diversificação, de agregação de valor e de atividades de agroindustrialização ainda se apresenta tímido. É necessário que se tenha o incentivo e apoio do governo para que a agricultura mantenha seu papel fundamental de uma forma estruturada.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

De acordo com as pesquisas realizadas sobre a temática, nota-se que para que a permanência dos filhos dos agricultores em seu local de origem seja uma realidade, e ainda, para que os mesmos permaneçam trabalhando com a agricultura, se faz necessário um trabalho multissetorial. Com a ação desta multissetorialidade ocorre a esquematização de um projeto, com isso foram elencados seis seguimentos a serem desenvolvidos, são eles: Incentivos fiscais, plano de saúde, lazer, qualificação profissional, meio ambiente e o uso de biocombustível para a redução de gastos.

Para cada seguimento foi desenvolvido os seguintes subprojetos:

#### **3.1 INCENTIVOS FISCAIS**

O foco maior deve ser voltado à ajuda financeira necessária, para que o jovem se sinta atraído a ficar no campo. Tendo em vista que já existem incentivos, a proposta atual é a possível isenção fiscal para a aquisição de insumos para produtores de alimentos e a isenção fiscal na compra de máquinas e implementos agrícolas. Tal planejamento facilitaria para o jovem agricultor e aumentaria sua lucratividade.

#### **3.2 SAÚDE**

O projeto visa a elaboração de um plano de saúde especial para agricultores, que possuirá atendimento médico-odontológico preventivo na zona rural, para que assim se possa evitar superlotações nas clínicas, unidades de saúde básica e hospitais das cidades. O projeto também visa garantir a saúde do produtor rural sem que ele tenha que se deslocar da sua localização, o que melhoraria a qualidade de vida/saúde da população, uma vez que ela teria um contato mais direto com profissionais da saúde.

### 3.3 LAZER

Como vem sendo discutido, o lazer tem se tornado cada vez mais importante para a preservação da saúde mental e física da população. Com essa preocupação, o projeto de permanência do jovem agricultor visa ofertar meios de lazer ao grupo referido e familiares. Seriam desenvolvidas recreações pelo desenvolvimento de festividades e eventos, construções de campos de futebol, quadras poliesportivas, academias, parques de diversões, jardins e outros. Desta forma além de práticas esportivas, os usuários podem ter momentos de relaxamento, tranquilidade, participação em comunidade e em família.

### 3.4 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:

Um dos motivos da ocorrência do êxodo rural por meio dos jovens é a procura em cidades maiores pelo aumento da qualificação profissional. Desta forma, a qualificação do jovem no próprio local onde ele mora e tem o seu negócio, seria uma facilidade e que o tornaria cada vez mais apto e conhecedor de técnicas de ponta para lidar com a agricultura. Com o aumento do conhecimento pode-se desenvolver uma cascata, onde ocorre a melhora do produto final e conseqüentemente o aumento da remuneração do mesmo. Para isso o projeto vai de encontro aos serviços de extensão, com setores de faculdades (principalmente federais), cursos técnicos, cursos de aprimoramento e cursos para a implantação de novas técnicas. Tais cursos e projetos devem ser validados e obedecer às normas do Ministério da Educação e Cultura (MEC), mas também deve enquadrar as disciplinas abordadas de acordo com as necessidades do campo, para que o conhecimento adquirido seja aplicável na rotina dos agricultores e traga resultados satisfatórios.

### 3.5 MEIO AMBIENTE

É crescente a preocupação com o desgaste ambiental, sendo que um dos grandes “culpados” é a própria agricultura, por conta de seus “defensores” agrícolas. Com isso, para que o meio ambiente não ponha em risco a saúde das futuras gerações, deve haver este projeto de preservação. Sendo assim, o agricultor deverá aprender e praticar a importância de utilizar produtos biodegradáveis, energias renováveis e outros padrões de preservação.

---

### 3.6 BIOCOMBUSTÍVEL

O seguinte projeto tem como objetivo, buscar alternativas para a viabilização da propriedade com o intuito maior de garantir a presença do agricultor no meio rural, visto isso pode ser desenvolvido com a ajuda de órgãos de pesquisa ligados ao setor, alternativas de utilização de combustível no meio rural, visto que existe uma vasta gama de subprodutos que podem vir a ser utilizados como energia, assim diminuindo os custos da propriedade e maximizando o lucro do mesmo, um exemplo de um típico produto da região estuda é o combustível derivado das sobras da produção do arroz. Esse combustível será usado na própria plantação do arroz, diminuindo seus gastos e mantendo o seu produto com a mesma qualidade, produzindo a mesma quantidade, aproveitando melhor os resíduos consequentes do seu produto e principalmente, saber que seu produto foi gerado de forma ambientalmente correta.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O projeto desenvolvido para a permanência no campo do jovem agricultor com uma visão para 2030 é um desafio, visto que existem diversas variáveis tanto no macro ambiente quanto no micro que virão para mudar certas percepções deste indivíduo.

Conclui-se que os principais pontos para que o mesmo seja realizado seriam: Incentivo fiscal, plano de saúde, incentivo ao lazer, qualificação profissional, levar em consideração a importância do meio ambiente e o surgimento de um biocombustível.

O projeto parte do princípio que os jovens estão, cada vez mais, perdendo o interesse pelo serviço rural e partindo em busca de realização profissional em grandes centros, caracterizando o êxodo rural. Visando diminuir esse quadro preocupante, qualificar o serviço e desenvolver regionalmente algumas áreas, foram desenvolvidas propostas.

Diminuir custos, para aumentar o interesse dos jovens em investir, juntamente com uma garantia de retorno e qualidade de vida, são os primeiros pontos propostos no projeto. Desta maneira, surge também a importância de manter a qualidade do meio ambiente para que haja uma garantia para as próximas gerações, logo além de práticas de sustentabilidade, é sugerido um biocombustível.

Este biocombustível é o foco principal do projeto e utiliza a matéria que não seria mais utilizada para gerar energia ao maquinário dos produtores reduzindo os

---

custos, e aumentando gradativamente o lucro dos produtores conforme o mesmo fosse sendo aplicado.

Em análise, percebemos que é possível mudar esse quadro, desde que o Governo, sendo o principal colaborador perceba a necessidade e comprometa-se a realizar parcerias e investir nessa área, entendendo assim tamanha importância e os resultados positivos que surgirão dessas transformações.

## REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Pedro. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. Brasília, 1999.
- BATALHA, Mário Otávio. Gestão agroindustrial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- BEZERRA, Antônio (org.). Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade. Recife: Bagaço, 2006. p.57-8.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. Secretaria Especial de Políticas Regionais. Indicações para uma nova estratégia de desenvolvimento regional—Brasília: 1995.
- BRUNO, Regina. Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro, Mauad X, Seropédica, RJ, EDUR, 2009.
- CARMO, M.S. A produção familiar como Locus ideal da Agricultura sustentável. Agricultura em São Paulo, SP, 1999. v. 45, t. 1, p. 1-15,
- CARNEIRO, Maria José. Agricultura familiar e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. Carvalho; BRUNO, Regina; MOREIRA, J. Roberto (Orgs.) Mundo rural e tempo presente. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 325-344.
- ETXEZARRETA, M. Org. Cambio Rural en Europa. Programa de Investigaciones sobre las Estructuras Agrarias y la Pluriatividade. Colóquio de Montpellier, Arkleton Research, 1987.
- GOODMANN, D & REDCLIFT, M. La Agricultura de Europa Occidental en Transición: la producción simples y el desarrollo del capitalismo. Agricultura y Sociedad, 1987. n.43.
- LAMARCHE, Hugues. (coord.) L'agriculture familiale. 1. Une réalité polymorphe. Paris, L'Harmattan, 1993. 304 p. 2. Du mythe à la réalité. Paris, L'Harmattan, 1993. p. 303.
- LIMA, Jorge Roberto Tavares e FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável, 2006. Planejamento Estratégico Disponível em:[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/sof/2012/12\\_1107\\_almanaque\\_do\\_planejamento.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/sof/2012/12_1107_almanaque_do_planejamento.pdf).
- FRANK, W. Part Time Farming, Underemployment and Double Activity of Farms in the EEC. Sociologia Ruralis, 1983. XXIII.
- GOODMANN, D et al. Da Lavoura as Biotecnologias. RJ, Campus, 1990.
- REDCLIFT, M. Survival Strategies in Rural Europe: continuity and Change.
-

Sociologia Ruralis, 1986. XXVI(3/4)

Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários Disponível em: [http://www.anffasindical.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=492:artigo-agronegocio-x-agricultura-familiar-podemos-fazer-um-debate-menos-maniqueista&catid=36&Itemid=213](http://www.anffasindical.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=492:artigo-agronegocio-x-agricultura-familiar-podemos-fazer-um-debate-menos-maniqueista&catid=36&Itemid=213). Acessado em: 27 de ago de 2014.

SOUTO—MAIOR, Joel. Planejamento estratégico participativo: uma abordagem para o setor público. In: Anais do 18o ENANPAD, 1994.

VILK, Terezinha Mariza. Seminário sobre sucessão na agricultura familiar debate êxodo rural. 2013. Disponível em: <<http://www.programaredeleite.com.br/noticia/index/200>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

SANDRONI, Paulo. Novo Dicionário de Economia. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.